

## OS IMPACTOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM SÍNDROME DE DOWN

Paola Santos Martins <sup>1</sup>  
Reginaldo Peixoto <sup>2</sup>

### RESUMO

O trabalho tem como objetivo discutir a relevância da formação continuada de profissionais da educação: equipe pedagógica, professores regentes e outros profissionais do AEE que acompanham o desenvolvimento pedagógico e social no âmbito escolar, das crianças e jovens com Síndrome de Down (SD). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que revela alguns aparatos legais, leis e decretos que incorrem na discussão das políticas públicas para a educação especial e na fomentação da formação dos profissionais da educação, para que estejam aptos ao atendimento do público da educação especial, em especial aqueles com deficiência intelectual – Síndrome de Down. Deste modo, Nóvoa (2019) contribui para o texto sinalizando sobre o papel da escola na sociedade, que acompanha as movimentações sociais. Ravagnani (2009) e Melo (2017) ponderam com as características da pessoa com Síndrome de Down e a importância da socialização. Por fim, ressalta-se a importância de profissionais bem preparados para que possam efetivamente contribuir no desenvolvimento pedagógico das crianças e jovens com tal deficiência, salas de aula melhor adaptadas, atividades que acompanhem o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) pelo AEE e pelos profissionais de apoio. Todavia, ressaltamos que mais formações devem ser dirigidas para esses profissionais, proporcionando êxodo no seu trabalho educacional.

**Palavras-chave:** Formação de professores, Inclusão, Atendimento Educacional Especializado, Síndrome de Down.

### INTRODUÇÃO

A inclusão é uma temática que deve ser sempre retomada nas discussões educacionais, principalmente quando voltamos para a educação de crianças, jovens e adultos. O artigo discute questões como a importância da formação de professores para o atendimento educacional especializado de estudantes com Síndrome de Down.

A formação inicial não deve ser apenas um título acadêmico, deve ser renovada a cada formação continuada e repensada perante as dificuldades encontradas na sala de aula ou em outros espaços da escola. A família é a primeira célula escolar, onde o cuidar e educar caminham juntos, para os familiares de uma criança com Síndrome de Down esse

---

<sup>1</sup>Mestranda no PROFEDUC – Programa Pós-Graduação Profissional Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, Unidade Campo Grande. E-mail: [paolamartinssantos@gmail.com](mailto:paolamartinssantos@gmail.com) ;

<sup>2</sup> Professor no PROFEDUC – Programa Pós-Graduação Profissional Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, Unidade Campo Grande. E-mail: [reginaldo.peixoto@uems.br](mailto:reginaldo.peixoto@uems.br) .

cuidado se redobra, a insegurança e o receio de confiar o desenvolvimento intelectual nas mãos de “terceiros” pode ser muito maior, do que no caso de outras deficiências.

Sendo assim, Anahí Ravagnani (2009), que discute sobre a relação da Síndrome de Down com a musicalização, contribuirá sobre a importância da socialização trazendo Vigotski (1997) como pensador responsável sobre o alavanque dos processos neurológicos e sensoriais, quando há o contato com as demais diversidades.

Como ápice da discussão, trataremos sobre a importância da formação inicial e continuada para assegurar para as crianças com necessidades educacionais especiais um ensino de qualidade. Para isso, Nóvoa (2022) discorre sobre a importância de acompanhar as modificações que ocorrem exterior a escola.

Ao final, defenderemos que a escola justa, igualitária e para todos, também perpassa às questões formativa, já que a pessoa com deficiência exige uma escola acolhedora, com práticas pedagógicas adaptadas e com o atendimento educacional especializado, o qual muitas vezes, tem sido feito por pessoas que não possuem a formação adequada.

## **METODOLOGIA**

Para nortear a escrita do artigo, utilizamo-nos da pesquisa bibliográfica, que segundo Severino (2014, p. 106), é a pesquisa realizada a partir de outras pesquisas já realizadas e devidamente registradas, podendo ser realizada através de artigos, teses, dissertações, livros, entre outros materiais. E, documental, que segundo Severino (2014, p. 106) é

[...] como fonte de documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Desta maneira, buscamos discutir sobre a formação de professores na perspectiva da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 – LDBEN 9394/96 (Brasil, 1996) e

suas demais ramificações que ressaltam a importância de uma boa formação profissional para a equipe pedagógica.

Vale ressaltar que a Constituição federal de 1988 (Brasil, 1988) garante o desenvolvimento em igualdade no âmbito nacional, porém, não é essa a realidade encontrada em documentos, como editais de convocação para assistentes educacionais inclusivos, temporários, como encontramos no processo seletivo da prefeitura de Campo Grande – MS, no ano de 2022.

### **A importância da formação da equipe pedagógica para o atendimento de estudantes com deficiência no ensino regular**

A sala de aula regular não é um ambiente homogêneo. Logo, o trabalho pedagógico contempla em sua maior parte, estudantes de classes trabalhadoras, com diferenças cognitivas, o público atendido nas salas de aula regulares, também deve ser atendido nas salas de recursos multifuncionais. Trata-se de estudantes com deficiências, que necessitam de apoio educacional especializado para se desenvolver nas diversas áreas escolares.

Com tamanha diversidade, existem situações que devem ser mediadas pelos profissionais que acompanham os estudantes com deficiência, juntamente com o professor regente, de maneira pedagógica e que atendam às necessidades dos alunos. Para que haja uma boa mediação, é preciso um diálogo horizontalizado entre todos os profissionais da educação, a família e outras instituições (Brasil, 2008).

Toda a instituição escolar deve estar a par das normas vigentes referentes a educação especial e seu público-alvo, sem isso, não pode ser considerada inclusiva. O professor regente, quando incorrer em dúvida, deve saná-la com informações concretas, advindas da equipe pedagógica, da família ou de outros profissionais que atendem o aluno com deficiência, o coordenador escolar deve ter recebido formação atual e orientações de como lidar com questões, como: o Planejamento Educacional Individualizado (PEI), desregulação emocional ou comportamental nos estudantes com deficiências e tudo que envolva a inclusão e o progresso ou retrocesso desses sujeitos.

A inclusão é um dos fatores essenciais para o desenvolvimento pedagógico, social e afetivo das crianças e jovens que estão inseridos no cotidiano da educação básica. Para a efetivação das políticas públicas (Brasil, 1996), que geriram lutas incessantes de

famílias, instituições e pessoas que acreditaram e continuam acreditando no desenvolvimento das potencialidades de crianças e jovens com deficiências intelectuais, dentre elas, a Síndrome de Down.

Quando voltamos para um pensamento pedagógico mais afetivo, compreendemos que a afetividade é uma base orgânica inerente dos indivíduos (Ferreira; Aucioly-Régner, 2010), que nas relações sociais ela pode proporcionar o respeito, o reconhecimento das diferenças, a igualdade, o carinho, a empatia, como também, pode ser o inverso dos sentimentos citados. O professor deve abraçar a essência do seu estudante, se desprendendo de estigmas sociais instaurados/rotulados, proporcionando independência e autonomia ao longo da vida escolar do aluno com ou sem deficiência, já essa é importância da afetividade como ressaltam Dalla Déa et al (2022, p. 12),

Despertar afetividade no professor pelo estudante com deficiência, por meio de formação docente, pode ser um processo complexo considerando-se os preconceitos e estigmas ainda presente na sociedade. Mas a sensibilização e o conhecimento do direito à não discriminação e da importância da afetividade no processo ensino aprendizagem podem minimizar situações como estas na escola.

Por isso, a formação de professores e profissionais da educação devem se pautar na consciência do público atendido pelas redes de ensino, traçando sugestões, vinculando a prática com a teoria, principalmente nos cursos de licenciatura, onde os estudantes universitários, em suas formações iniciais, se preparam para o dia a dia da escola. No entanto, entendendo a importância das formações continuadas e seu papel de alimentar todo o arcabouço teórico e prático das práticas pedagógicas, possibilitando, assim, uma boa formação dos profissionais de apoio especializado, assistentes educacionais inclusivos e estagiários da educação especial.

A legislação ressalta a importância da formação continuada de professores e demais profissionais que atuam direta ou indiretamente com as crianças, jovens e adultos na educação básica (Brasil, 2011), numa perspectiva inclusiva, de socialização, de desenvolvimento humano e pedagógico dos estudantes atendidos pelo Atendimento Educacional Especial (AEE).

A formação continuada de professores se acentua em muitos documentos:

III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão;

IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na

aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais (Brasil, 2011, p. 2

A escola e os seus eixos estão em constantes mudanças, sendo essas mudanças proporcionadas pelos impactos sociais, não distinguindo a diversidade presente entre a escola e sociedade. Ou seja, a escola é um espaço de representação social, com base científica. Logo, a aprendizagem de todos os membros acoplados nessa realidade deve se tornar constante. A formação inicial é um começo, que precisa ser incrementado conforme as demandas vividas no seio escolar. Quando pontuamos a formação continuada, nos referimos a conhecimentos que agreguem no fazer docente e no cotidiano escolar. Trazer a universidade (que é o parâmetro científico) para a escola, ou a escola para a universidade tende a promover uma série de discussões significantes para o caminho da educação.

Nóvoa (2019) ressalta a importância do contrato social realizado entre o modelo escolar vigente e a sociedade atual, ele mostra que ambos não são estáveis, estão em constantes mudanças. Portanto, é importante que sejam repaginados ao longo do processo social, ou seja, a sociedade se modifica, por isso os conhecimentos escolares também se intensificam pelo mesmo caminho.

### **A inclusão e a Síndrome de Down**

A Síndrome de Down (SD) possui características físicas, como: os olhos com pálpebras estreitas e com a presença de pregas epicânticas, hipotonia muscular, mãos curtas e largas e boca pequena que se mantém frequentemente aberta e com a língua projetando-se para fora, esses são alguns fatores de reconhecimento identitário (Ravagnani, 2009). Além destas características, na maioria dos casos, a hipotonia muscular<sup>3</sup> pode causar uma projeção da mandíbula que dificulta a oralidade, respiração, a audição e a visão (Melo, 2017, p. 4).

Anahi Ravagnani (2009, p. 19) se debruça sobre os estudos de Vigotski (1997) para discorrer sobre a determinação do comportamento a partir do ambiente em que o indivíduo se insere. Com as pessoas que nascem com Síndrome de Down não é

---

<sup>3</sup> A hipotonia muscular é uma fraqueza que deriva do tônus muscular do indivíduo, prejudicando o desenvolvimento de atividades diárias, como: pular, abaixar e levantar (Zausmer, 1993).

dessemelhante. A partir dessa concepção compreendemos a importância de as crianças com deficiência estarem inseridas em todos os ambientes. Há questões familiares que repudiam que a premissa de que a inserção social alavanca o desenvolvimento da pessoa com Síndrome de Down, quando casos análogos ao exemplo citado chegam ao ambiente escolar a instituição deve ter profissionais preparados para dialogar com a família. E essa preparação provem da formação inicial, juntamente com as formações continuadas, com teóricos que embasem a importância de tal feito, a preparação teórica é de suma importância.

Refletindo sobre as peculiaridades das crianças com Síndrome de Down, o afeto ao longo do desenvolvimento pedagógico, entre outros acompanhamentos, assim como a parceria familiar, evidentemente, contribui para o trabalho pedagógico que o profissional da educação desenvolve. Assim, ele deve se debruçar sobre estudos teóricos e práticos de modo a compreender métodos de ensino, adaptação curricular, a questão da rotina bem estabelecida (que deve ter continuidade no ambiente familiar), as adaptações das atividades escolares e a melhor maneira de avaliação desses sujeitos.

Quando anunciamos a SD, estamos trazendo à tona a Deficiência Intelectual (F70). Ravagnani (2009, p. 19) discorre que em relação ao desenvolvimento cognitivo, o retardo mental é apontado na literatura como o principal fator no atraso do desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down. Entretanto, é necessário completar essa informação com a questão do meio no qual a criança está inserida e como ela vem sendo estimulada ao longo da vida em sociedade.

Quando observamos os requisitos para o atendimento educacional de pessoas com deficiências, encontramos no Diário Oficial de Campo Grande – MS, nº 6.740 de 2022, que foi publicado o edital de abertura para o processo seletivo de Assistente Educacional Inclusivo (AEI), direcionado ao público-alvo da Educação Especial. Conforme as tratativas, as pessoas que estivessem pleiteando a uma vaga no processo, deveria ter nível médio completo, com formação específica no Curso de Magistério ou Normal Médio (Curso Técnico Profissionalizante), não exigindo qualquer formação sobre atendimento educacional especializado, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – requisitos para investidura no quadro de Assistente Educacional Inclusivo

Requisitos	Período	Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração Mensal
Ensino Médio Completo, com Formação Específica no Curso de Magistério ou Normal Médio (Técnico Profissionalizante).	06 meses	77	40h	R\$ 2.135,00

Fonte: Campo Grande (2022, p. 2)

Na função de AEI, os assistentes possuem a carga horária de 40h semanais e tem como pré-requisito ter ensino médio com formação específica para Magistério ou Normal Médio (Técnico Profissionalizante). Porém, são necessárias orientações em relação ao trabalho exercido e formações voltadas para as especificidades de cada estudante. Ademais, nos parece que os apoios não são incentivados a uma continuidade nos estudos relacionados a área da educação, não possuem horário de planejamento para elaborar o Planejamento Educacional Individualizado e realizar as adaptações das atividades para os estudantes, são verdadeiros “cuidadores”.

O incentivo à continuidade nos estudos poderia ser mediante a uma parceria entre universidades, institutos federais, municípios e estados, assim como acontece na instituição Bombeiro Militar do Mato Grosso do Sul, onde todo o efetivo de Militares assumem mediante edital, que concerne um prazo de 10 anos para apresentação de diploma de nível superior, conforme ilustrado:

Art. 5º Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) anos, a contar da data de publicação desta Lei Complementar, para as Praças com escolaridade de nível médio obterem titulação de nível superior, para efeito de cumprimento do requisito para a promoção previsto no inciso II do art. 15-A, no inciso II do art. 15-B, no inciso I do art. 15-E e no inciso II do § 5º do art. 16, todos da Lei Complementar nº 053, de 30 de agosto de 1990. (Mato Grosso do Sul, 2021, p. 5)

Desta maneira, assim como nessa área citada, seria possível promover uma valorização da classe trabalhadora, qualificar os profissionais da educação e proporcionar melhores mediadores educacionais para os estudantes com deficiência nas escolas.

Além do AEI, o município de Campo Grande conta com os Auxiliares Pedagógicos Especializados (APE). O processo seletivo para esse cargo tem duração de 2 anos e conta com uma prova teórica para classificação. Para assumir uma vaga é preciso contemplar a prova de títulos, possuindo: experiência com o público da educação especial e curso de pós-graduação em Educação Especial, conforme demonstrado no quadro 2.

## Quadro 2- Requisitos para investidura no cargo de Auxiliares Pedagógicos Especializados (APE)

ITEM	TÍTULOS	PONTUAÇÃO			
		N. TÍTULOS	UNITÁ- RIO	MÁXI- MA	OBTI- DO
1	Experiência de trabalho específico direcionado ao atendimento aos alunos público da educação especial, na educação básica da rede pública ou em instituições especializadas com, no mínimo, 8 meses de efetivo trabalho; para cada período de 8 meses, a pontuação será de 1,0 ponto, limitada a 40 meses.	5	(POR 8 MESES)	5,0	
2	Curso de pós-graduação stricto sensu, na modalidade doutorado, na área da educação; caso o curso seja no exterior, é obrigatório haver o apostilamento de Haia.	1	2,0	2,0	
3	Curso de pós-graduação stricto sensu, na modalidade mestrado na área da educação; caso o curso seja no exterior, é obrigatória a apresentação do apostilamento de Haia.	1	2,0	2,0	
4	Curso de pós-graduação lato sensu (mínimo de 360 horas) na área de Educação Especial.	2	0,5	1,0	
TOTAL DE TÍTULOS				10,0	

Fonte: Campo Grande (2023, p. 8)

Embora haja melhores benefícios em relação ao APE, ainda nesse caso, os profissionais não possuem horário para planejamento e precisam continuar se aperfeiçoando com oficinas, principalmente. A educação não é estática, ela está em constante modificação. Em ambos os casos, tanto AEI, quanto APE, as formações continuadas precisam ser reconhecidas e valorizadas. O que assistimos são processos seletivos sem continuidade de trabalho e profissionalização.

O trabalho que a maioria dos profissionais que atuam com pessoas com deficiências, dentre elas as com Síndrome de Down deve beneficiar não somente as crianças e jovens, mas famílias e a sociedade no geral. A formação promove a troca de experiências, promove a valorização do trabalho da educação regular e especial, por isso, ela precisa ser contemplada pela Secretaria Municipal de Educação, é de suma importância esse alicerce educacional.

Os alunos com Síndrome de Down devem ser respeitados nas suas peculiaridades, com acessibilidade, respeito e compreensão, pois assim como os demais, são sujeitos de direito a uma educação universal. Seus limites não devem justificar as barreiras que os cercam. Todos carregam suas condições e potencialidades, um mais, outros menos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação precisa estar envolvida com todas as questões sociais, para serem debatidas com pautas científicas no ambiente escolar e universitário. A formação de



profissionais preparados para o atendimento educacional especializado concerne em envolver os demais personagens que tem um papel crucial no desenvolvimento de crianças e jovens, sejam com deficiências, ou não. Por isso há um chamado para a união entre a família, a escola e as demais instituições sociais.

As ciências avançaram e possibilitam inúmeras maneiras de desenvolvimento pedagógico, novas técnicas e metodologias. A parceria entre universidade e escola desencadeia pesquisas relevantes para o âmbito social, logo, é de suma importância o movimento de entre esses ambientes.

As crianças com necessidades especiais, em especial a Síndrome de Down, precisam de apoio especializado, que disponibilize recursos multifuncionais, compreenda as suas peculiaridades e que trabalhe com afeto e esperança numa relação teórica e prática, para que assim o seu desenvolvimento seja nítido e possibilite retorno social.

Incluir pessoas com deficiências na escola perpassa por muitas pautas, dentre elas as de formação inicial e continuada. Por isso, defendemos que os sistemas educacionais, ao contratarem profissionais, professores, cuidadores e atendentes, propiciem também uma formação dialógica com a realidade profissional e com o público atendido. Somente assim, avançaremos para uma inclusão responsável.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.611/2011**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 25 de junho de 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 20 jun de 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: CNE/MEC, 2008.

CAMPO GRANDE. DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO. **Ano XLIII n. 10.710**.

Publicado em 17 de dezembro de 2021. Disponível em:

[https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10710\\_17\\_12\\_2021](https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10710_17_12_2021).

Acesso em: 04 de jul de 2024.

CAMPO GRANDE. DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO. **ANO XXVI n. 6.938**.

Publicado em 8 de fevereiro de 2023. Disponível em:

[https://diogrande.campogrande.ms.gov.br/download\\_edicao/eyJjb2RpZ29kaWEiOiI4NDk4In0%3D.pdf](https://diogrande.campogrande.ms.gov.br/download_edicao/eyJjb2RpZ29kaWEiOiI4NDk4In0%3D.pdf) Acesso em: 04 de jul de 2024.

CAMPO GRANDE. DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO. **Edição Extra. ANO XXV nº 6.740**. Publicado em 16 de agosto de 2022. Disponível em:

<https://diogrande.campogrande.ms.gov.br/edicoes/?palavra=ASSISTENTE%20EDUCACIONAL%20INCLUSIVO&numero=6740&de=01%2F01%2F2020&ate=01%2F01%2F2023>. Acesso em: 04 de jul de 2024.

DALLA DÉA, V. H. S.; VIEIRA, C. de V. e; DALLA DÉA, V. P. B. .; OLIVEIRA, A. F. T. de M. Reflexões sobre formação docente para inclusão escolar a partir de histórias de pessoas com síndrome de Down. **Conjecturas**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 248–262, 2022. DOI: 10.53660/CONJ-688-828. Disponível em: <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/688>. Acesso em: 3 jul. 2024.

FERREIRA, Aurino Lima; AUCIOLY-RÉGNIER, Nadja Maria. **Contribuições de Henri Wallon à relação cognição e afetividade na educação**. Educar, Curitiba, n. 36, p. 21-38, 2010. Editora UFPR. Acesso em: 26 jun. 2025.

MELO, Rayanne Barbosa de. **Análise de fala de pessoas com síndrome de down: aspectos fonéticos e fonológicos**. João Pessoa, 2017.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola**. Universidade de Lisboa (ULisboa), Lisboa – Portugal, 2019.

RAVAGNANI, Anahi. **A educação musical de crianças com síndrome de down em contexto de interação social**. Programa de Pós-graduação em Música – Mestrado, do Departamento de Artes, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, 2014.

ZAUSMER, E. Estimulação precoce do desenvolvimento. In: PUESCHEL, S. (Org). **Síndrome de Down: guia para pais e educadores**. 4. ed. Campinas: Papyrus, p.115 - 126, 1993.